



# Relatório de Atividades 2017

*Instituto Políticas Alternativas para o Cone Sul  
Avenida Henrique Valadares, 23, sala 504  
Centro – Rio de Janeiro – Brasil  
20031-040  
+ 55 21 2210-2124*



## 1. Quem somos

"[...] Na voz de minha filha se fará ouvir a ressonância o eco da vida-liberdade."

*Vozes-mulheres, Conceição Evaristo*

O Instituto Pacs – Políticas Alternativas para o Cone Sul nasceu em 1986 a partir da iniciativa de economistas latino-americanos que voltavam do exílio após mais de uma década de ditaduras civis, empresariais e militares.

Em face da agenda econômica neoliberal em voga naquela época, o Instituto Pacs passou a produzir pesquisas e trabalhos práticos que apontavam para a necessidade de construir políticas socioeconômicas alternativas à lógica do mercado e da rentabilidade a qualquer custo.

Na contramão disso, sempre acreditamos que a vida sempre está acima do lucro. Nesse sentido, integramos desde nossos primeiros anos de trabalho a luta pela integração dos povos do Cone Sul, nas propostas de uma Democracia ancorada numa economia a serviço dos setores populares. Ajudamos a construir os movimentos de comércio justo e economia solidária no Brasil. Participamos da criação das Redes REBRIP (Rede Brasileira pela Integração dos Povos), RBIFM (Rede Brasileira sobre Instituições Financeiras Multilaterais) e das Redes Jubileu Brasil e Américas, dentre outras ações e iniciativas que a história mostrou serem centrais. A aposta no protagonismo das mulheres nas lutas que encampamos foi uma dessas pautas fundamentais.

Somos uma organização da sociedade civil que atua a partir do tripé Informação e Educação, Incidência sobre os centros de poder e Inovações na práxis do Desenvolvimento e da Democracia a partir de três eixos de trabalho, que foram atualizados em 2017, quais sejam:

1. Críticas e alternativas ao modelo de desenvolvimento;
2. Mulheres, economia e a luta pelo comum;
3. Fortalecimento Institucional.

Logramos construir nessa trajetória de três décadas trabalhos em prol de “políticas alternativas” para a economia do mundo, da América do Sul, do Brasil e do Rio de Janeiro, onde estamos sediados.



**Nosso maior desafio, ao longo desses 31 anos, tem sido mostrar à sociedade brasileira que alterações pontuais no ‘modelo de desenvolvimento’ econômico vigente não trazem as soluções para os graves problemas econômicos e sociais de nosso país e de nosso continente. O caráter capitalista “mercado-cêntrico” e concentrador deste modelo marca nossas sociedades com graves injustiças sociais e nos torna conhecidos como “continente campeão da desigualdade” no mundo. Tal modelo reduz desenvolvimento a mero crescimento ilimitado do consumo e da produção e ignora os limites e direitos dos povos e da própria natureza.**

O Instituto Pacs sempre insistiu que deveríamos repensar o ‘modelo de desenvolvimento’ como um todo e a partir dos potenciais dos indivíduos e coletivos humanos, em vez de apenas satisfazer-se com alterações superficiais de seus piores efeitos. Dentre as demais organizações da sociedade civil que atuam no campo da discussão socioeconômica, sempre estivemos ao lado daqueles e daquelas que não acreditam na ilusão de um capitalismo com “rosto humano”, conforme proposto pela maioria das agências multilaterais, governos nacionais e entidades empresariais.

Sempre repudiamos mudanças pontuais impostas pelos aparatos ideológicos hegemônicos, como se elas fossem a única solução factível para os problemas de nosso tempo, em especial para as dificuldades e injustiças experimentados pelos segmentos empobrecidos e oprimidos de nossas populações.

Nossas pesquisas, trabalhos de assessoria local e construção de redes e articulações se pautam pelo empoderamento da população que vive do seu trabalho, e pela necessidade de outro ‘modelo de desenvolvimento’ econômico, endógeno, soberano, participativo, solidário e sustentável. Em vez de um capitalismo utópico e reformado, trilhamos, portanto, em direção a um futuro que supere os traços desiguais e injustos que permanecem caracterizando nossas sociedades do Cone Sul da América Latina.

Certamente muita coisa mudou no nosso trabalho cotidiano depois de mais de três décadas, mas nosso lugar no mundo permaneceu o mesmo: ao lado dos movimentos populares, das comunidades eclesiais de base, das organizações da sociedade civil que atuam de forma crítica e inovadora; dos coletivos de educação popular e economia solidária; de governos locais com opção democrática participativa; de mulheres, população negra e jovem.

Em tempos de angústia para quem luta por justiça social no Brasil, nós, que nascemos do processo de redemocratização, denunciaremos toda forma de oportunismo, entrega de nossos bens comuns e retrocessos nos direitos para trabalhadores e trabalhadoras, especialmente após o período do golpe de 2016 no Brasil.



É preciso lembrar que a palavra economia, em sua origem grega, remete à ideia da “gestão da casa”. Juntas e juntos seguimos lutando pela transformação social dessa “casa comum” que é nosso planeta, continente, país e qualquer território em que convivemos, construindo comunidades intencionais em que vigore a amizade, a confiança, o acolhimento da diversidade, e o bem viver.

Dedicamos nosso esforço de mudança do mundo a quem tem o direito de colher os frutos em seu trabalho diário, no campo e na cidade. Seguimos comprometidos com a ação transformadora, contribuindo todos os dias para a formação política e cidadã e para o empoderamento da classe trabalhadora.

Saiba mais sobre nossa história. Conheça páginas especiais de divulgação do nosso trabalho. Conecte-se com a gente!

## Conecte-se com a gente



[www.pacs.org.br](http://www.pacs.org.br)



[www.facebook.com/PACSInstituto](http://www.facebook.com/PACSInstituto)



[twitter.com/InstitutoPACS](https://twitter.com/InstitutoPACS)

### Especiais



PARETKCSA.ORG

[paretkcsa.org](http://paretkcsa.org)



[biblioteca.pacs.org.br](http://biblioteca.pacs.org.br)



[30anos.pacs.org.br](http://30anos.pacs.org.br)



[violacoesnasiderurgia.pacs.org.br](http://violacoesnasiderurgia.pacs.org.br)

**Instituto Políticas Alternativas para o Cone Sul**  
**Avenida Henrique Valadares, 23, sala 504**  
**Centro – Rio de Janeiro – Brasil**  
**20031-040**  
**+ 55 21 2210-2124**



Como já é tradição, o PACS torna público o resumo das atividades promovidas pelo Instituto no ano anterior. Este texto é resultado do processo anual de avaliação, realizado entre os dias 12 e 14 dezembro de 2017<sup>1</sup>, na Casa Assunção (em Santa Teresa, no Rio de Janeiro). Reúne também trechos de outros relatórios de atividades do ano de 2017.

O sentido deste texto é tentar responder a seguinte pergunta: o que fizemos em 2017 conseguiu mexer de alguma maneira no contexto em que vivemos? Se não, é preciso buscar compreender as razões, que podem passar por rever o método de trabalho, escolhendo o que manter e o que substituir. Como podemos melhorar ainda mais? Como podemos visibilizar esse trabalho de forma a prestar contas aos parceiros/parceiras, apoiadores, amigos e amigas, companheiros/companheiras do trabalho realizado com dedicação, esforço e amor ao longo de 2017?

## **Equipe 2017**

### **Presidência**

Marcos Arruda

### **Coordenação Geral**

Sandra Quintela

### **Coordenação Adjunta**

Joana Emmerick

Gabriel Strautman

### **Administrativo-Financeiro e Secretaria**

Augusto César

Geane Tacchi

Manu Justo

### **EQUIPE TÉCNICA (incluindo colaboradores/colaboradoras)**

---

<sup>1</sup> O dia 12 de dezembro de 2017, no calendário Maia, é o dia *N'oj* – Conhecimento e sabedoria. Sua força expressa o todo, a unidade, o absoluto.



**Aline Alves de Lima**

Graduada em psicologia pela Universidade Federal Fluminense, pós graduada em terapia através do movimento: corpo e subjetivação

**Ana Cândida**

Graduada em Ciências Contábeis e pós-graduada em Finanças Públicas

**Ana Garcia**

Graduada pela Freie Universitaet Berlin, doutora em Relações Internacionais, professora da UFRRJ

**Karina Kato**

Graduada em Economia pela UFRJ, mestra e doutora em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade (CPDA-UFRJ), professora da UFRRJ

**Gabriel Strautman**

Graduado em Economia e mestre em Planejamento Urbano e Regional (IPPUR/UFRJ)

**Iara Moura**

Graduada em Comunicação Social – Jornalismo pela UFC, mestra em Comunicação na UFF

**Janaína Pinto**

Graduada em Comunicação Social – Jornalismo pela UFC, mestra em Economia Política Internacional pela UFRJ

**Joana Emmerick**

Graduada em Relações Internacionais pela PUC-Rio, mestra em Ciências Sociais pela UERJ

**Manu Justo**

Graduada em Ciências Sociais – UFF, atua há 7 anos em projetos sociais e culturais, com experiência em elaboração, execução financeira e prestação de contas

**Marcos Arruda**

Graduado em Geologia pela UFRJ, mestre em Economia do Desenvolvimento pela *The American University*, Washington D.C., e Doutor em Educação pela UFF, Rio de Janeiro.

**Marina Praça**

Graduada em Ciências Biológicas pela UFRRJ e mestra em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares pela UFRRJ

**Miguel Borba**

Bacharel e Licenciado em História pela UFRJ, mestre em Relações Internacionais pela PUC-Rio, mestre em Ideologia e Análise de Discurso pela Universidade de Essex

**Sandra Quintela**

Graduada em Economia, pós-graduada em Políticas de Desenvolvimento e Mestra em Engenharia de Produção (COPPE-UFRJ)

**Thiago Mendes**

Graduado em Comunicação Social – Jornalismo pela UFC e mestre em Comunicação pela UERJ



### **Estagiários e Estagiárias**

#### **Carolina Marques**

Graduanda em Relações Internacionais pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)

#### **Flávio Rocha**

Graduando em Ciências Sociais pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ)

#### **Yasmin Bittencourt**

Graduanda em Relações Internacionais pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ)

### **DIRETORIA EXECUTIVA**

Marcos Penna Sattamini de Arruda  
Presidente

Ana Mary da Costa Lino Carneiro  
Vice-presidente

Ricardo Bebianno Costa  
Diretor-financeiro

### **CONSELHO FISCAL**

Anazir Maria de Oliveira  
Francisco Soriano de Souza Nunes  
José Drumond Saraiva

### **SUPLENTE**

Cláudio Nascimento  
Lycia Ribeiro  
Israel Segal Cuperstein

### **COLETIVO DE GESTÃO**

Gabriel Gomes Strautman  
Joana Emmerick Seabra  
Marcos Penna Sattamini de Arruda  
Sandra Maria Quintela Lopes

### **SÓCIOS CONSELHEIROS**

*Instituto Políticas Alternativas para o Cone Sul*  
*Avenida Henrique Valadares, 23, sala 504*  
*Centro – Rio de Janeiro – Brasil*  
*20031-040*  
*+ 55 21 2210-2124*



Ana Mary da Costa Lino Carneiro  
Anazir Maria de Oliveira  
Cláudio Nascimento  
Elaine Caetano  
Francisco Soriano de Souza Nunes  
Guilherme Nunes  
Hermila Alcina Pereira Figueiredo  
Israel Segal Cuperstein  
Jether Pereira Ramalho  
João Luís Pinaud  
Leonardo Boff  
Lycia Ribeiro  
Márcia Miranda  
Michael Haradom  
Paulo Souto  
Peter Schweizer  
Reinaldo Gonçalves  
Ricardo Bebianno Costa  
Sebastião José Soares

## 2. Análise de Contexto

### 2.1 A ressaca ultraliberal no “pós-golpe”

A sociedade brasileira atravessa a pior crise desde a retomada do regime democrático em 1984. O impeachment da presidente Dilma Rousseff, reeleita em 2014 com 54 milhões de votos para um mandato de 4 anos, representa um duro golpe na democracia brasileira. O ano posterior ao golpe ficou marcado por escancarar uma agenda política e econômica fracassada do presidente *de facto* Michel Temer.

Em nome do combate à recessão da economia, implementa-se uma agenda ultraliberal de promoção de privatizações de serviços públicos e retrocesso de direitos sociais historicamente conquistados. A aprovação da reforma trabalhista e a aprovação da



PEC dos gastos – que prevê o congelamento dos gastos públicos pelos próximos vinte anos – são marcos perversos da gestão do presidente golpista. A economia brasileira, historicamente dependente da exportação de *commodities*, segue em ritmo lento de recuperação.

Até a deflagração do golpe institucional, a presidenta Dilma Rousseff já vinha respondendo a esse cenário adverso com a aplicação de políticas de austeridade econômica, apostando no ajuste fiscal como principal medida para equilibrar a economia nacional. Ainda assim, o governo do PT mantinha o seu compromisso com a manutenção de políticas públicas essenciais, tais como o Sistema Único de Saúde e políticas de transferência de renda e de habitação. Em nome do combate à recessão, o presidente ilegítimo Michel Temer aplica uma agenda de privatizações e retrocesso de direitos, anulando conquistas históricas dos movimentos e organizações sociais no Brasil.

Entre algumas das políticas públicas em desmonte estão aquelas vinculadas a órgãos como o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), Ministério do Desenvolvimento Social (MDS), Secretaria de Mulheres e Igualdade Racial e Secretaria Nacional de Economia Solidária (Senaes). Alguns autores colocam o Brasil como último espaço do desmonte do Estado de Bem-Estar Social e percebe-se que a tese de conciliação de classe é uma impossibilidade.

Apoiado por um Congresso Nacional de maioria ultraconservadora, onde se destaca a atuação dos deputados da chamada bancada “BBB” (Boi, Bala e Bíblia), o governo ilegítimo empurra uma agenda de privatizações de serviços públicos, agora sob a forma de parcerias público-privadas (PPP), reforma da Previdência Social, reforma das leis trabalhistas e do licenciamento ambiental para grandes projetos de desenvolvimento, além do avanço de projetos de lei com uma agenda conservadora e de retirada de direitos.



Para ficarmos numa lista mínima, podemos citar a redução da maioridade penal, a criminalização do aborto, a aprovação do Estatuto da Família, que define como família apenas as relações entre homens e mulheres, a revogação do Estatuto do Desarmamento e a votação da PEC 215, que recua no direito dos indígenas à demarcação de suas terras.

O crescimento da economia brasileira historicamente dependeu da exportação de matérias-primas e produtos agrícolas. Até o início de 2012, houve um aumento significativo no preço das *commodities* no mercado internacional, impulsionado pela crescente demanda chinesa. Esse cenário se alterou drasticamente nos últimos dois anos, fazendo com que, no Brasil, a economia entrasse em recessão.

Com efeito, a próxima década deverá ser marcada pela expansão dos setores que historicamente puxam o ritmo da atividade econômica brasileira. Em especial, o agronegócio, a mineração e a indústria petrolífera. Dos R\$ 367 bilhões que deverão ser investidos no Brasil entre os anos de 2018 e 2021, mais de dois terços sairão das duas principais empresas brasileiras da indústria extrativa: Vale (R\$44 bilhões) e Petrobrás (R\$200 bilhões). A concentração regional é outra característica preservada no padrão do desenvolvimento brasileiro. Apenas quatro estados (Rio de Janeiro, Pará, São Paulo e Espírito Santo) concentrarão 75,8% destes investimentos. O Rio de Janeiro receberá a maior parte desse montante, com investimentos que poderão alcançar R\$169 bilhões, ou 46% dos investimentos previstos para todo o país. Entre os projetos previstos para o estado, destaque para a retomada das obras de infraestrutura para a exploração de petróleo no pós e no pré-sal e a construção do terminal portuário de Ponta Negra, no município de Maricá.

Independente de quem vencer as eleições em 2018 – na hipótese de que elas vão acontecer – o modelo de desenvolvimento em curso não deverá ser alterado. Quem acompanha a agenda do desenvolvimento, sabe que isso significa também a violação de direitos das comunidades tradicionais que estão no caminho do progresso. A atual



captura corporativa do judiciário brasileiro somado aos processos para a flexibilização do licenciamento ambiental e da regulamentação para a demarcação de terras deverá piorar drasticamente este cenário. Logo, as tendências que marcaram os últimos anos tais como o aumento da concentração de terras, da violência no campo, projetos desenvolvimentistas que produzem impactos socioambientais irreversíveis, deverão permanecer inalteradas com o fortalecimento destes setores da atividade econômica.

Ainda em âmbito nacional, há de se destacar a tímida adesão às mobilizações sociais contrárias às contrarreformas e certa apatia de setores da esquerda às lutas emergentes territoriais. O campo brasileiro assistiu durante o ano à escala de crimes contra defensores de direitos humanos. Na cidade, observou-se o fortalecimento dos movimentos, especialmente aqueles encampados pelas mulheres, o que não tem se revertido, até o momento, na diminuição das taxas de violência contra essa população. O ano marcado pela forte espiral feminista local e nacionalmente registrou forte ascensão conservadora, expressa em violência sexista e racista, nos campos religioso (ataque a terreiros na Baixada Fluminense, por exemplo), institucional (militarização), entre outros.

Houve ainda aumento da repressão, criminalização e militarização de marchas e protestos, muitas vezes impedidos de prosseguir por ação policial. A imposição de poderes paralelos, aumento da violência urbana e recrudescimento da militarização na cidade carioca marcaram o primeiro ano pós-megaeventos, além da crise econômica e a mercantilização de diversas regiões da Capital. No Estado, de janeiro a novembro de 2017, 4.882 pessoas foram mortas. Desse total, 1.035 foram vitimadas pela polícia. Tudo isso contribuiu para a ascensão de novos aparatos repressivos que apontam para um contexto de ditadura jurídico-militar.

Mesmo no contexto de crise fiscal do Estado, com impacto direto na vida das/dos companheiras/os próximos/as do Pacs, foi concretizada a venda da siderúrgica TKCSA



para o grupo ítalo-argentino Ternium, deixando em suspenso a questão concernente ao passivo ambiental da proprietária anterior da planta.

## **2.2 A onda conservadora e as disputas globais**

Na América Latina, o quadro não é diferente. A região experimenta hoje uma situação oposta aos primeiros anos do século XXI, quando governos de esquerda e/ou progressistas chegaram ao poder em vários países. O golpe que levou Michel Temer ao poder no Brasil, as eleições de Maurício Macri na Argentina e Pedro Pablo Kuczynski no Peru, e o retorno de Sebastián Piñera ao poder no Chile, representam agora uma guinada à direita.

Com efeito, assim como no Brasil, em vários países da região os frágeis acordos impulsionados pelas políticas de conciliação dos governos de esquerda estão sendo facilmente anulados com a volta ao poder dos núcleos dirigentes tradicionais.

Preocupou, nesse sentido, a situação política na Venezuela e na Honduras. Falta uma reflexão mais profunda sobre o que está acontecendo nesses países e como isso nos impacta. Ambos os países estão em um momento muito delicado, que mostra um ciclo forte de avanço das intervenções militares. O contexto de Honduras é de um novo golpe, em função da fraude eleitoral recente. Isso tem impacto em todo o continente. A desestruturação institucional persiste e deixa marcas na frágil democracia que vínhamos construindo no continente.

Além dos destacados impactos na América Latina, a despeito do aprofundamento da agenda neoliberal, perda de direitos com contrarreformas e militarização, as respostas populares se apresentaram por meio do empoderamento das pautas de mulheres, negros e negras e movimentos urbanos face ao recrudescimento da violência.



Tem preocupado em vários aspectos a ascensão conservadora corporificada na eleição de Donald Trump (EUA), além da conquista do partido de extrema-direita de cadeiras no parlamento alemão. A ascensão conservadora ocorre em um contexto de crise econômica, como ocorreu na Itália e na Alemanha no período que antecedeu a Segunda Guerra Mundial. Para entender os caminhos históricos traçados pela direita, é preciso lembrar que ela costuma oferecer respostas fáceis para questões complexas, como a situação dos refugiados na Europa.

Embora exista um debate em curso sobre a origem dessa ascensão conservadora, fica patente que tais acontecimentos têm implicações diretas na vida dos povos do sul, com a retomada do liberalismo em sua vertente mais atroz, sem mediação e a partir da visualização da falência da expectativa de conciliação de classes. É preciso lembrar, porém, que esse *boom* conservador no mundo começa bem antes, em 2001, com o atentado do World Trade Center (11 de Setembro), curiosamente o mesmo ano de lançamento do Fórum Social Mundial. Os golpes fazem parte dessa onda, mas sua expressão maior encontra origem no capital financeiro e monopolista, que aposta na financeirização de tudo, na privatização de tudo.

Os golpes têm a finalidade de garantir uma agenda econômica liberalizante. As contrarreformas da previdência e trabalhista atendem a interesses da burguesia e do sistema financeiro. Nesse sentido, a onda conservadora não está de todo dissociada. Há um complemento com essa conjuntura atual, que é de direita e conservadora. Há um esvaziamento da política e uma crítica profunda ao programa democrático. Nos países em que a direita está ganhando, os vencedores são os empresários, que esvaziam a política, e as diferentes faces do neofascismo.

Por fim, o ano ficou marcado por um aprofundamento das disputas territoriais entre povos tradicionais e grandes projetos, criminalização de movimentos e lutadores/as sociais, o que mostra a conexão dos desastres ambientais com o modelo econômico



hegemonico, o fortalecimento da discussão e das apostas em justiça ambiental. Persiste, nesse sentido, a resistência, no âmbito da ONU, da discussão de um tratado vinculante entre empresas e violações de direitos humanos.

### **2.3 O mal estar das redes e o esvaziamento da política**

Outra questão a ser debatida são as novas subjetividades produzidas pelas redes sociais, que criam uma visão de mundo diferenciada. O nosso trabalho em 2017 é diferente porque o mundo é diferente daquele da década de 1990. Há mais conexões, mas os impactos dos grandes projetos são terríveis, e as condições materiais de existência estão um pouco piores do que estavam naquele momento dos anos 1990.

As novas subjetividades fazem cada um/cada uma se arvorar em ser um porta-voz da “verdade universal”. Há um chamamento ao eu, à exposição, a fragmentação, o excesso de informações, tudo leva à náusea, ao não entendimento, a um sentimento de estar perdido no mundo. Tem outro elemento que é a apropriação de nossos discursos por grandes redes de televisão como a Globo para uma desqualificação dessas práticas e discursos quando se aproximam da radicalidade da ação política.

Em 1994, não se tinha quase nenhum meio de comunicação, mas se articulava muito. Tínhamos apenas um e-mail em que a equipe se revezava para usar. E articulávamos muita coisa em âmbito nacional e internacional. Hoje, com toda a parafernália de comunicação, não conseguimos fazer tanto. Naquele momento, tínhamos que nos aliar a um dos blocos. Ou seja, há uma complexidade nisso.

Hoje você entra no Facebook e se depara com uma imensidão de informações, de textos, pois há muita coisa circulando. Existe uma ansiedade, mas a gente tem um histórico de organização, de trabalho que não vai mudar. Nossa forma de construir os



processos é orgânica, respeita os sujeitos dessa construção. É necessário ter uma tranquilidade nesse sentido.

## **2.4 O impacto do contexto no trabalho do PACS**

O primeiro ano da gestão Crivella teve um impacto significativo no trabalho do Pacs, pois há muitos apoiadores dessa política na Zona Oeste. Não se pode negar a expressão social da ascensão conservadora em nossos meios de convivência social, inclusive entre grupos acompanhados pelo Instituto.

Existe, portanto, um desafio cotidiano de conseguir conversar com essas pessoas, que referendam o poder dos políticos conservadores em âmbito Municipal, Estadual e Federal – e que indicam um futuro político tenebroso.

Como se explica que o século XX e o começo do século XXI mostrem um fracasso do neoliberalismo e, ao mesmo tempo, as ideias que o sustentam foram vencedoras de eleições em várias partes do mundo recentemente? A força da mídia influencia para massacrar as ideias, mas a crescente desigualdade social em todos os campos não impede que a população continue elegendo políticos que seguem a cartilha neo ou ultraliberal. Faltam análises críticas mais densas para entender essas polaridades.

No Rio há, além disso, fatores como o desmonte da estrutura política do PMDB. A operação Lava Jato está na pauta conservadora, mas está revelando o que dissemos ao longo dos anos sobre as relações espúrias entre grandes empresas e os políticos. Esse desmonte poderá contribuir para expor esses laços, a exemplo do caso TKCSA. Pode ser um momento favorável de pautar as ações de reparação dos direitos dos moradores em Santa Cruz, pois quem garantia que tudo ficasse encoberto não está mais nesse lugar de poder.



Como registrado em anos anteriores, houve uma resposta do trabalho do Pacs à conjuntura nacional. Organizamos em parceria com diversos movimentos e militantes o encontro “As contrarreformas e as lutas dxs trabalhadorxs”, uma adaptação ao contexto do histórico curso de Economia e Política, alcançando mais pessoas e estabelecendo pontes com mais pessoas.

Em agosto, o Conselho de Defesa Econômica (Cade) autorizou, sem restrições, a venda da ThyssenKrupp Companhia Siderúrgica do Atlântico (TKCSA) para o grupo argentino Ternium, que passa a ser proprietária desta que é a maior siderúrgica da América Latina, localizada em Santa Cruz, no Rio. O preço de compra foi de 1,5 bilhão de euros (R\$ 4,9 bilhões) e incorpora na cifra a dívida de 300 milhões de euros que a TK tem com o BNDES.

No fim do mesmo mês, registramos uma importante vitória na luta. A Associação das Empresas do Distrito Industrial de Santa Cruz (Aedin) assinou acordo na Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro em que garante o pagamento de R\$10 mil a cada um dos 102 pescadores artesanais de Santa Cruz atingidos pela construção de uma barragem no canal do São Francisco. A pesca na região tem sido prejudicada desde que a Aedin, que representa empresas como Gerdau e Thyssenkrupp Companhia Siderúrgica do Atlântico (TKCSA), entre outras, conseguiu autorização do Instituto Estadual do Ambiente (Inea) para a construção de uma soleira submersa, em junho de 2015. Em outubro daquele ano, a Defensoria Pública havia ingressado com uma ação civil pública pedindo a cassação da licença ambiental da obra, prejudicial à pesca artesanal da região. É a primeira vez, depois de dez anos de instalação da TKCSA, que as empresas de Santa Cruz são responsabilizadas por algum impacto ambiental que afeta a vida das pessoas daquela região.



**Em âmbito nacional**, a frustração que ficou do ano diz respeito à participação popular no momento da votação das reformas? Há que se lembrar o papel desempenhado pelos meios de comunicação, altamente concentrados e entregues às mãos de grupos empresariais, mas por que, mesmo com tanta impopularidade, não derrubamos o Temer?

Por mais breve que seja o mandato do presidente golpista, foram muitos os direitos retirados em apenas um ano. Qual é o impacto dessas reformas na vida de um cidadão da Zona Oeste do Rio de Janeiro? Onde está o debate sobre as reformas? É o funcionalismo público de um lado e o Estado de outro, mas como será a repercussão da reforma da previdência na vida do trabalhador que está desempregado?

Por fim, cabe notar como a conjuntura nacional refletiu bastante processos que já estavam em curso no Rio, como o teto de gastos, UPPs, privatizações etc. Temos capacidade de manter uma atuação firme no Rio, mas as condições de trabalhar no nacional estão dadas a partir de nossa atuação no Rio.

**Em relação à situação** de Honduras e Venezuela, isso está no contexto do nosso trabalho na Rede Jubileu: a tônica de solidariedade com os povos que estão sendo oprimidos e autonomia de seus povos para decidir suas questões políticas sem a intervenção imperialista. Nossa companheira Berta Cáceres foi assassinada em Honduras. Hillary e o Partido Democrata apoiaram o golpe em Honduras e estão empenhados em controlar governos na América Central e no Caribe. Essa é uma frente de luta contínua, assim como o Haiti.

É preciso reconhecer que estamos a reboque dos acontecimentos na América Latina e não temos uma agenda própria de pesquisas e publicações que reforcem a perspectiva de soberania entre os povos. É hora de levantar outra vez a bandeira de integração dos povos do Cone Sul. É o tipo de abordagem que devemos levantar para 2018.



Mesmo nesse contexto adverso, conseguimos fazer dois momentos de encontros latinoamericanos: em setembro realizamos a Oficina Vigilância Ambiental Popular e Grandes Projetos de desenvolvimento, que se amparou no processo de Vigilância Popular em Saúde realizada em Santa Cruz, e que na oficina contou com representantes do Equador, Argentina e Peru e ajudou a articular denúncias, reflexões e principalmente, práticas de resistência e monitoramento participativo; em dezembro, recebemos a feminista guatemalteca Lorena Cabnal para o Seminário Outras Economias, com reflexões do feminismo a partir da ancestralidade e do comunitário.

Mas precisamos avançar mais. A internacionalização das lutas está relacionada com a iniciativa de pautarmos questões globais e está nas próprias redes. Neste ano, pautamos em certa medida este tema com as relações entre Palestina, Haiti e Rio como modelo de militarização nos textos publicados ao longo do ano na plataforma Medium. Isso está repercutindo. Precisamos ver como incorporar isso em nossa ação, para além de produção de materiais de comunicação e de pesquisas.

## **2.5 O trabalho territorial com mulheres da Zona Oeste do Rio**

O Pacs atua nas temáticas da economia feminista, da justiça ambiental e dos impactos dos megaprojetos na vida das mulheres há mais de 15 anos. As iniciativas e os projetos territoriais foram desenvolvidos na Zona Oeste do Rio de Janeiro, onde também são realizadas outras ações relacionadas ao enfrentamento dos efeitos negativos dos grandes empreendimentos. Também foram e ainda são realizadas iniciativas em âmbito nacional e internacional com a mobilização e participação ativa das mulheres, por meio de redes como a Articulação Internacional dos Atingidas e das Atingidas pela Vale, a Rede Jubileu Sul no Brasil e nas Américas, e com a participação em Encontros e outras Atividades em nível estadual, regional, nacional e internacional.



A região da Zona Oeste ainda é profundamente marcada pela violência de estado, paramilitar e é latente a violência sistemática (com casos chocantes de estupro coletivo e feminicídio), presente de forma assustadora nos territórios marcados por conflitos ambientais, sugerindo a existência de uma preocupante relação entre ambos.

É preciso, nesse sentido, avançar para construir pontes na articulação das mulheres de forma permanente em escalas mais amplas, de forma a dar mais alcance de comunicação sobre sua experiência de enfrentamento e resistência, ao projetar suas vozes em outros espaços e possibilidades de incidência. As denúncias sobre as violações de direitos na Zona Oeste podem ser ainda fortalecidas através do trabalho coletivo em redes nacionais e internacionais que evidenciem a sistematicidade, na América latina, da problemática vivida no território.

Especificamente em 2017, nossa atuação ficou marcada pela construção, com coordenação do PACS, da Roda de Mulheres da Rede Carioca de Agricultura Urbana como um espaço importante de encontro das mulheres da Zona Oeste. A articulação das mulheres realizou encontros, caravanas, diagnósticos sobre a vida e as práticas das mulheres agricultoras, a 17ª edição do Curso Mulheres e Economia e o terceiro ano de desenvolvimento do projeto “Críticas e alternativas desde os olhares e práticas das mulheres: ameaças e conflitos ambientais na Zona Oeste do Rio de Janeiro”.

Na perspectiva desse projeto, que se construiu em torno de um processo de pesquisa militante com mulheres da Zona Oeste, destacam-se o acompanhamento e o fortalecimento político de mulheres da região, que realizaram diversas ações de pesquisa, mobilização, formação, e incidência no território.

Além disso, destacamos a atuação de outras colaboradoras, como pesquisadoras, comunicadoras, realizadoras de audiovisual etc., que desdobraram suas ações por outros caminhos políticos, fazendo com que as discussões travadas por nós coletivamente reverberassem entre movimentos sociais e também nos espaços universitários.



No âmbito da frente de trabalho com mulheres e agroecologia, o Pacs esteve envolvido na promoção de três mutirões de limpeza e colheita de quintais e espaços produtivos na serra da Misericórdia, na comunidade dos Caetés e na Colônia Juliano Moreira. Organizadas na roda de mulheres da RedeCau, elas coordenaram atividade na Semana de Alimentação Carioca (SAC), durante a qual foram apresentados os primeiros resultados da articulação: a preparação do diagnóstico da vidas das agricultoras. Destaque-se ainda como importante desdobramento da Roda o fomento ao debate público sobre a invisibilidade do trabalho das mulheres, principalmente no que diz respeito à produção de alimentos na cidade.

Além disso, pela primeira vez o documento final do Encontro Estadual de Agricultura Urbana, realizado em outubro em Paraty, abordou o combate à violência doméstica contra a mulher e a luta por políticas públicas voltadas para agricultoras urbanas como pautas políticas de todo o movimento agroecológico fluminense

## 2.6 Destaques da atuação programática do Pacs em 2017

*[...]o homem não  
pode fazer parte do orvalho como as pedras  
fazem.  
Porque o homem não se transfigura senão  
pelas palavras.*  
**Manoel de Barros**

**Destaque das iniciativas principais desenvolvidas, com base na agenda 2017 e no ciclo dos projetos**



### PESQUISA E PRODUÇÃO DE MATERIAIS

- Produção de informações sobre a história de constituição socioespacial da cidade do Rio de Janeiro a partir das contradições entre trabalho e desenvolvimento capitalista, com perspectiva de gênero;
- Análise e monitoramento da acessibilidade e das informações sobre produção de riqueza e destinação orçamentária no Rio de Janeiro;
- Produção de relatórios sobre acessibilidade da informação, produção e distribuição de riqueza no Rio de Janeiro (destaque para o fanzine *Quem lucra com nossa comida* e brochura *Concentração de Riqueza na Zona Oeste do Rio*);
- Início da produção de mapeamento regional sobre alternativas. O Plano Popular de Alternativas ao Desenvolvimento (PPAD) ganhou escopo mais amplo e se tornará um plano de ação, articulação e mobilização ;
- Realização de iniciativas para sistematização (processos da militância investigativa e do diagnóstico socioeconômico das mulheres), articulação e mobilização nos territórios do Rio (roda de mulheres da RedeCAU e GT mulheres da Articulação Agroecológica do Rio de Janeiro) e nacionais (como MTST, MSTB, Brigadas Popular);
- Realização de visitas de campo no âmbito da pesquisa Militante com Mulheres do projeto “Críticas e alternativas desde os olhares e práticas das mulheres”;
- Produção da cartilha “Mulheres e Conflitos Ambientais”;
- Realização e publicação do PMA do projeto “Críticas e alternativas desde os olhares e práticas das mulheres” (vídeos, fotos, relatórios etc.);
- Realização da segunda rodada de medições da poluição atmosférica no processo de Vigilância Popular em Saúde com jovens em Santa Cruz;
- Desenvolvimento de plataforma interativa de conflitos socioambientais do projeto “Críticas e alternativas desde os olhares e práticas das mulheres”;
- Produção de memória do processo de Vigilância Popular em Saúde;
- Produção de relatório sobre as [Violações de Direitos Humanos e impactos sobre o caso TKCSA](#);
- Produção de trabalho investigativo sobre a cadeia produtiva do aço no Brasil e de cartilha de orientação aos territórios (*Pesquisa “Quintais e Jardins” e jogo-cartilha “Dragão de Aço”*);
- Produção e lançamento da publicação “Rio Olímpico: qual o legado um ano depois dos Jogos?” e produção da publicação “[Militarização do cotidiano: um legado olímpico](#)”.

***todas as publicações do Instituto Pacs em:***

***[eca.pacs.org.br](http://eca.pacs.org.br) e <https://issuu.com/pacscomunicacao>***

***assistir a todos os vídeos lançados pelo Instituto Pacs, acesse:***  
***[https://www.youtube.com/user/PACSInstituto/videos?disable\\_polymer=1](https://www.youtube.com/user/PACSInstituto/videos?disable_polymer=1)***



### EDUCAÇÃO POPULAR

- Realização de Curso Economia e Política (*Em 2017, o curso teve como tema “[As Contrarreformas e a Luta dxs Trabalhadorxs](#)”*);
- Realização de seis oficinas de formação sobre soberania alimentar, saúde, socioeconomia solidária e feminista e educação popular;
- Realização do 2º Seminário do projeto “Críticas e alternativas desde os olhares e práticas das mulheres”;
- Desenvolvimento de programa de formação em práticas de vigilância popular em saúde para moradores de Santa Cruz junto a Fiocruz;
- Construção do curso de extensão “Ecologia política do desenvolvimento: um debate crítico” junto ao IPPU – UFRJ e outros parceiros;
- Realização do módulo “Cidades e Meio Ambiente” do curso de extensão “Ecologia política do desenvolvimento: um debate crítico” junto ao IPPUR-UFRJ e outros parceiros;
- Realização do 17º Curso Mulheres e Economia;
- Realização do curso Autogestão, Bem viver e territórios: construções políticas com bases comunitárias;
- Realização do Seminário Outras Economias.

### ASSESSORIA SOCIOECONÔMICA

- Acompanhamento da Rede Carioca de Agricultura Urbana;
- Assessoria ao encontro das Pastorais Sociais da CNBB;
- Realização do diagnóstico socioeconômico da vida das mulheres agricultoras da Zona Oeste, envolvendo mais de 160 mulheres. A apresentação foi feita na Zona Oeste;
- Realização de 3 mutirões em quintais produtivos em parceria com a roda de mulheres da Rede Carioca de Agricultura Urbana (RedeCau). Foram eles: casa do Centro de Educação Multicultural (CEM), no Grotão do Complexo da Penha (09/08), na região do Caetés (26/08) e na Colônia Juliano Moreira (29/09), na Zona Oeste do Rio;
- Realizações de 3 caravanas negras feministas na Zona Oeste, complementares ao processo de construção do diagnóstico da vida das agricultora. Foram realizadas no Centro do Rio e em Campo Grande (Comunidade Rio da Prata e no Bosque das Caboclas).

### INCIDÊNCIA SOBRE OS CENTROS DE PODER

- Acompanhamento aos espaços de comercialização (Feira da Roça);
- Acompanhamento da representação das mulheres no CONSEA municipal do Rio de Janeiro (suplência);
- Assessoria para construção, publicação e difusão de uma campanha sobre direito a informação para o desenvolvimento;
- Realização de atividades de rua para diálogo e difusão das informações para a população sobre distribuição de riqueza: em março, na [avenida Rio Branco](#); em maio, na [Cinelândia](#); agosto, na Praça Tiradentes, e
- Acompanhamento das experiências alternativas do Coletivo Hortelã (Coletiva de Mulheres de Vargem Grande – Zona Oeste – Rio de Janeiro);
- Acompanhamento e coordenação do GT Mulheres da Articulação de Agroecologia do Rio de



Janeiro;

- Acompanhamento da Coletiva Popular de Mulheres da Zona Oeste;
- Apoio e participação no IV Encontro Estadual de Agroecologia do Rio de Janeiro. “Agroecologia cultivando territórios do bem viver”, com objetivo fortalecer o movimento agroecológico no estado junto às comunidades tradicionais, agricultoras e agricultores camponeses. Foi realizado em outubro em Paraty;
- Articulação das experiências sistematizadas com participação do Pacs em espaços nacionais e internacionais (Entre esses momentos, pode-se citar: participação do PACS e de lideranças da Zona Oeste no 14º Encontro Feminista Latinoamericano no Uruguai; Encontro Mulheres e Grandes Projetos no Maranhão e o Encontro de Mulheres na Maré com Silvia Federici, seguido de lançamento do livro “O calibã e a bruxa”
- Organização do Encontro Mulheres e Grandes Projetos no Maranhão
- Realização da campanha “Impactos sobre a saúde em Santa Cruz”;
- Atualização da campanha “Pare TKCSA!”;
- Participação na assembleia de acionistas da Vale como parte das ações da Articulação dos Atingidos e Atingidas pela Vale;
- Realização da Oficina Latinoamericana Vigilância Ambiental Popular e Grandes Projetos de Desenvolvimento
- Participação de audiências públicas com autoridades do Estado e populações atingidas por megaprojetos na Zona Oeste do Rio de Janeiro;
- Acompanhamento da Articulação Internacional dos Atingidos pela Vale;
- Acompanhamento das Redes Jubileu Sul (Brasil e Américas);
- Acompanhamento do Grito dos/as Excluídos/as;
- Acompanhamento da Rede Brasileira de Justiça Ambiental;
- Acompanhamento do Fórum de Mudanças Climáticas de Justiça Social, com participação na assessoria;
- Elaboração de material didático para o curso sobre Biomas do Fórum de Mudanças Climáticas e Justiça Social (texto e vídeo);
- Encontro nacional sobre as Águas e participação na elaboração da Carta do Encontro;
- Acompanhamento à campanha “Não ao pró-Savana”;
- Circulação da exposição “Baía de Sepetiba e Santa Cruz – em busca de um futuro legal” em 2 escolas da Zona Oeste;
- Realização de reuniões com autoridades públicas (Exemplos: três mandatos de veradores/as e dois deputados estaduais sobre agricultura urbana e PEU das Vargens; reuniões com mandatos estaduais, Ministério Público e Defensoria Pública sobre o caso TKCSA);
- Participação nas frentes parlamentares de Economia Solidária e Agricultura Urbana e Soberania Alimentar;
- Participação no Conselho Municipal de Segurança Alimentar como conselheira;
- Participação no 8 de março (Dia internacional da Mulher);
- Participação no 1º de maio (Dia do trabalhador/a);
- Articulação do 25 de julho (Dia da Mulher Negra Latino Americana e Caribenha) na Zona Oeste;
- Participação da equipe em palestras, debates e mesas. Alguns registros: lançamento do livro



"Estratégias autoritárias do Estado Empregador: assédio e resistências", em novembro, na OAB-RJ; debate sobre a conjuntura brasileira em Lisboa, em julho, roda de conversa promovida pelo Coletivo Andorinha; participação no "Papo de Bar", promovido pela ActionAid, em setembro, como o tema "Mar de retrocessos e Rio de lutas: como resistir no cenário pós-olímpico?", participação na Semana da Juventude, na Escola Parque.

- Produção e envio de documentos para órgãos do Estado.

#### INOVAÇÃO

- Acompanhamento da Rede Diálogos em Humanidade. Coautoria do manifesto da Rede "A emergência da cidadania planetária";
- Participação no grupo Novos Paradigmas.

#### FORTELECIMENTO INSTITUCIONAL – PMA E INTEGRAÇÃO DA EQUIPE

- Realização de reuniões sobre a dinâmica institucional (Coletivo de Gestão, Comunicação e Secretaria);
- Realização de reuniões da equipe técnica (semanais);
- Consolidação do planejamento anual do PACS;
- Incorporação das contribuições de colaboradorxs no planejamento do PACS;
- Retomada do Núcleo de Formação do PACS (última segunda do mês) – funcionou apenas no 1º semestre;
- Definir cronograma com parceiros para Núcleo de Formação;
- Consolidação do planejamento anual da comunicação;
- Realização de monitoramento do planejamento;
- Realização de avaliação anual do PACS;
- Realização de avaliação externa institucional do PACS.

#### FORTELECIMENTO INSTITUCIONAL – COMUNICAÇÃO

- Elaboração do portfólio do Pacs;
- Participação da equipe em entrevistas, especialmente para a TV Brasil, TVT e no Canal Saúde. Em setembro, por exemplo, estivemos no programa "Sala de Convidados, do Canal Saúde, falando sobre vigilância popular.
- Sistematização dos encontros, edição e publicação *online* e impressa;
- Elaboração de vídeos. Destaque para o vídeo "[Rios em Luta](#)", produzido pelas mulheres da Zona Oeste, com apoio do Pacs;
- Produção de conteúdo *online* frequente (*site, facebook, twitter, youtube*);
- Produção e envio de documentos para a imprensa, com destaque para matéria no jornal *O Dia*, entrevista no canal Futura e reportagem no Canal Saúde sobre o processo de vigilância popular em saúde;
- Publicação de [boletins periódicos](#) do projeto "Críticas e alternativas desde os olhares e práticas das mulheres";
- Publicação de entrevistas e [reportagens sobre militarização](#) como legado das Olimpíadas na plataforma Medium;
- Elaboração de publicação sobre militarização;
- [Lançamento da Biblioteca Berta Cáceres](#), do PACS;



- Atualização do acervo da [biblioteca virtual do PACS](#).

#### **FORTALECIMENTO INSTITUCIONAL - MOBILIZAÇÃO DE RECURSOS E RELACIONAMENTO COM AGÊNCIAS FINANCIADORAS**

- Organização da agenda para diálogo e atendimento a demandas das agências;
- Realização de reuniões com agências e parceiros: PPM, Fastenopfer, Misereor, Rosa Luxemburgo, DKA e Medico internacional;
- Captação de recursos via editais;
- Captação de recursos via relacionamento com novas agências de cooperação;
- Captação de recursos via rodada de visitas internacionais às agências de cooperação;
- Abertura de diálogo com as atuais agências parceiras em relação à renovação dos convênios;
- Captação de recursos via pedidos pontuais às atuais agências financiadoras do PACS;
- Elaboração de prestação de contas dos projetos: PPM, Fastenopfer, Misereor, Rosa Luxemburgo, DKA e Medico internacional e HBoll Olimpíadas;

### **3. Análise dos indicadores de resultado**

<b>META DO PLANO ESTRATÉGICO</b>	<b>RESULTADOS ALCANÇADOS</b>
<p><u>Meta 1:</u> Organizações e movimentos sociais comprometidos com a radicalização da democracia econômica, política e social garantem visibilidade local, nacional e internacional aos impactos socioambientais do modelo de desenvolvimento primário-exportador, a partir de uma agenda para a construção de políticas alternativas e processos de luta para superação desse modelo, com valorização dos territórios e da diversidade cultural e ambiental das populações que os habitam.</p>	<p>Os resultados alcançados nas Metas 3, 4 e 5 alimentam essa primeira meta.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>● Incorporação do debate nos coletivos e redes com os quais atuamos;</li> <li>● Influência no projeto com mulheres que a Rede Jubileu Sul está desenvolvendo.</li> </ul>
<p><u>Meta 2:</u> Contrainformação/narrativas acerca da produção de riqueza e destinação orçamentária no município do Rio de Janeiro projetadas como pauta nas redes de atuação do PACS sobre e para outro desenvolvimento, que seja justo social e ambientalmente.</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>● Materiais elaborados e publicados, como <i>Rio Olímpico</i> e <i>Quem lucra com nossa comida?</i>;</li> <li>● Promoção de debates que geram ampliação e repercussão das temáticas;</li> <li>● Uso de materiais elaborados pelo Pacs em escolas públicas, encontros de outras organizações e espaços parceiros;</li> <li>● Maior contribuição para a temática de produção de riquezas, do que destinação orçamentária em 2017.</li> </ul>



<p><b>Meta 3:</b> PACS fortalecido institucionalmente e estabelecido como referência no debate público no Brasil e no Cone Sul sobre desenvolvimento e políticas alternativas aos megaempreendimentos e aos megaeventos, desde as práticas e experiências populares vigentes.</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>● Temas pautados pelo PACS e a partir de suas ações nas redes nacionais e internacionais.</li> <li>● Experiências da Militiva e da Vigilância Popular geram visibilidade e incidência e contribuem para o reconhecimento do Pacs como instituição que articula a produção de conhecimento com metodologia participativa.</li> <li>● Tema da autogestão discutido nos territórios (em vários estados).</li> <li>● Convites de novos parceiros e instituições nacionais e internacionais para a participação do Pacs em seus eventos, comentários nas redes sociais, respostas aos informativos, entrevistas, intercâmbios, formações etc.</li> <li>● Referência nas temáticas para as organizações e a academia – economia feminista, agroecologia, metodologias participativas, noção de territorialidade.</li> <li>● Influência em outras Redes e Territórios a partir do trabalho com mulheres e economia e vigilância popular, como o uso da metodologia desenvolvida na Zona Oeste para trabalho em Rede em outros territórios.</li> <li>● Elaboração de propostas como requerente ou correquerente demonstra a capacidade do Pacs em contribuir com essas temáticas de forma mais ampliada.</li> </ul>
<p><b>Meta 4:</b> Fortalecimento da incidência das mulheres sobre centros de poder relacionados aos conflitos territoriais e ambientais vigentes nos territórios da Zona Oeste, valorizando as alternativas endógenas, solidárias e sustentáveis de desenvolvimento propostas por elas.</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>● Nascimento da Roda de Mulheres e participação em espaços de discussão das temáticas relacionadas às violações de direitos e conflitos territoriais e ambientais.</li> <li>● Convite para presença do Pacs em eventos auto-organizados.</li> <li>● Aprovação de projeto inspirado no processo da pesquisa militante elaborado pelas mulheres, a partir do trabalho realizado com a metodologia desenvolvida pelo Pacs.</li> <li>● Maior autonomia dos coletivos em construir ações comuns no território da Zona Oeste e realizar ações articuladas com outras instituições e interlocução com o poder público.</li> </ul>



	<ul style="list-style-type: none"> <li>● Surgimento de 2 novas feiras agroecológicas</li> <li>● Mulheres constroem formas autônomas de sustento.</li> <li>● Realização da plenária de mulheres no Encontro Estadual de Agroecologia.</li> <li>● Considerar outros espaços como centros de poder: os movimentos, as próprias organizações mistas, contextos familiares e domésticos etc.</li> <li>● Desafio de pensar a incidência nos espaços de autogestão comunitária.</li> </ul>
<p><u>Meta 5:</u> Maior visibilidade às denúncias dos movimentos por justiça ambiental nos territórios atingidos pelas cadeias da mineração e da siderurgia e por megaeventos, com ênfase nas regiões Norte e Sudeste do país.</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>● Relatório da Vigilância Popular em Saúde gerou a exposição da situação de Piquiá de Baixo/MA e Santa Cruz/RJ para o mundo.</li> <li>● Relatório de Violação de Direitos Humanos expôs uma lacuna sobre a necessidade de exigibilidade de direitos nas regiões afetadas pela siderurgia e provocou a aceleração dos processos da Defensoria Pública.</li> <li>● O trabalho Quintais e Usinas chamou atenção para a questão da siderurgia como um todo em lugares onde não há organizações da Sociedade Civil que estejam trabalhando com esse tema, destacando a relação da siderurgia com o contexto da mineração e os conflitos envolvendo a produção de aço.</li> <li>● Repercussão dessa temática no FMCJS, por meio da presença ativa do Pacs nas reuniões nacionais.</li> <li>● Ampliação do diálogo com o poder público.</li> <li>● Debate sobre o ano pós-olímpico pautado em diversos espaços.</li> <li>● Observação sobre as denúncias de justiça ambiental em âmbito nacional.</li> <li>● Chamar atenção para a presença das mulheres nas cadeias da mineração e no recorte territorial.</li> <li>● Pauta ganha ênfase a partir da articulação do Pacs em espaços ou que trabalham essa temática</li> </ul>



## 4. Algumas lições aprendidas com a prática

### 4.1. Organização Interna

- O trabalho do Pacs seguiu independente de financiamentos públicos, o que garantiu a autonomia da atuação. É preciso, porém, ainda encarar o desafio na diversificação de fontes de recursos, conciliando coerência no trabalho e não dependência exclusiva do financiamento das agências internacionais;
- Uma organização que combina compromisso e militância em seu trabalho precisa de uma flexibilidade e fluidez para se relacionar com os públicos com os quais trabalha;
- A sinergia entre gestão política e gestão financeira remete ao entendimento de que os dois processos devem ser retroalimentados. A gestão financeira é um trabalho muito duro e ter a noção mais próxima dos objetivos dos projetos é muito importante para gerar sentido ao trabalho;
- Reagrupar para replanejar os novos processos que se apresentam, exigem tranquilidade para definir o que se quer fazer, para que na hora de acelerar os processos saibamos como nos movimentar;
- Importância da organização financeira para as contratações temporárias ao longo do ano. Contudo, aprendemos que os trabalhos temporários precisam ter acompanhamento e estrutura para que os/as colaboradores/as entendam o trabalho do Pacs e tenham uma pessoa de referência dentro da organização. Necessidade de elaboração de Termo de Referência para as contratações;
- Elaborar projetos com começo, meio e fim, conseguindo ter tempo ao fim do ano para reelaborações e sínteses desses projetos;
- Alocação de recursos em bases concretas, que dá possibilidade de analisar os riscos e amplia a capacidade de manejar os projetos;
- Trabalhar sempre em equipes nas atividades, mesmo que sejam duplas;
- Pensar elementos não só financeiros, como trabalho voluntário, por exemplo, para as contrapartidas fixadas nos convênios;

### 4.2. Atuação Política

- Hoje o Instituto Pacs, a partir do fortalecimento institucional e da sua presença histórica nas redes nacionais e internacionais, ganha condições de extrapolar suas práticas para outros espaços.



O trabalho territorial precisa manter essa articulação (micro, meso e macro), numa perspectiva transescalar;

- As publicações produzidas tiveram intencionalidade, sentido político e geraram resultados que expuseram situações em que se precisa avançar na luta e na relação com o poder público;
- A facilitação do empoderamento das próprias comunidades leva coletivos e organizações a ganhar mais autonomia. Trabalhamos com lideranças que já agem de forma autônoma e a presença do Pacs, vista como apoio, é parte do processo e não central, como em outras situações. Trata-se de um indicativo importante perceber que a ação do Pacs gera movimentações autônomas dos grupos trabalhados no sentido de gerar novos caminhos dentro das temáticas e dos territórios. Exemplo disso é aprovação de projetos escritos por mulheres que participaram de processos de formação do Pacs;
- Trabalhar a dimensão da cura e de lidar com o corpo nas atividades. Importância de termos em nossos encontros alimentação saudável, com origem na agroecologia, e de eliminarmos itens como refrigerantes. Ainda na mesma linha, é preciso cuidar da dimensão do autocuidado, compreensão do corpo como território. Estar atento ao sobretrabalho. Enfrentar a conjuntura pensando a cura, a alegria, o cuidado;
- Nosso trabalho não funciona só com base no planejamento anual, mas também com a leitura das demandas da conjuntura e das relações com nossos parceiros;
- Fortalecer nossas redes e as articulações nos territórios para que não estejam sozinhos/as nesses momentos de crise. Nesse sentido, conseguimos manter a serenidade para continuar trabalhando em momentos de conjuntura adversa, avançando na construção de metodologias e no trabalho territorial, com amparo no maior aprimoramento da gestão interna;
- Aprendemos a contar no tempo de trabalho a demanda de integração de novos colaboradores/as e estagiários/as;
- Importância de um bom planejamento, que dá clareza para organizar as ações e as estratégias da instituição;
- Importância de ser, em nossa prática diária, o que defendemos nos espaços (autogestão, economia feminista e outras temáticas que estão no DNA da instituição). Por isso, aprendemos que questões estruturais não podem ser tratadas de forma superficial ou como “temas menores”. Precisamos discutir exaustivamente na instituição, quando os problemas ainda estão se formando, questões relacionadas com as pautas feministas, racistas, classistas etc;
- Necessidade de continuar trabalhando a formação de novas lideranças nos territórios, mas que isso não seja um fim em si mesmo. Buscando formas para que as lideranças continuem e que os territórios pulsem;



- Necessidade de abrir espaços de diálogo com outros atores e atrizes que atuam na mesma temática trabalhada pelo Pacs, ao mesmo tempo em que buscamos ampliar nosso diálogo com outros públicos;
- Importância de descolonizar as metodologias de conhecimento.

## 5. Apontamentos de desafios para 2018

### 5.1. Organização Interna

- Fortalecer cada vez mais o entendimento da equipe sobre os paradigmas da instituição – revisar, reformular etc. Sugestão de organizarmos um seminário interno em que se discuta educação popular e se revisitem os documentos internos do Pacs. Colocar a formação da equipe como prioridade;
- Dar coerência e rever os princípios do Pacs no sentido de a equipe ter apropriação deles para suas práticas cotidianas, pensando antes de cada ação e revendo metas;
- Garantir oportunidade para que as pessoas que atuam no administrativo-financeiro do Pacs também participem de atividades como cursos, seminários e encontros promovidos pelo Instituto;
- Valorizar o trabalho silencioso de quem está na gestão administrativa e financeira. Inserir nos informativos a referência ao trabalho administrativo para cada atividade desenvolvida, o que deve se refletir no expediente das publicações;
- Trabalhar a memória de cálculo de um projeto como o ponto de encontro entre o político e o administrativo financeiro, gerando uma memória construída em torno das atividades;
- Garantir a prestação de contas a cada atividade, garantindo a transparência, especialmente para parceiros/as, das informações orçamentárias;
- Novo desenho institucional, com abolição do cargo de coordenação-geral e formação de uma coordenação colegiada para gerir o Instituto.

### 5.2. Atuação Política

- Plano Popular de Alternativas ao Desenvolvimento: documento em fase de elaboração vai servir de horizonte para a atualização do Instituto no debate do campo das alternativas;
- Difusão de metodologias sobre educação popular e feminismo comunitário: pesquisa militante (militiva), vigilância popular em saúde, cursos sobre Autogestão e Mulheres e Economia. É preciso



investir em publicações e outras metodologias para que as experiências sejam conhecidas por outros grupos;

- Continuidade do debate crítico sobre pós-Olimpíadas e militarização: pautar temas como o legado olímpico, militarização do cotidiano, militarização da vida (principalmente da vida das mulheres), mercantilização e dívida pública;
- Crítica e análise das arquiteturas financeiras: atualização do debate sobre economia política internacional, dívida, instituições financeiras, BRICS, entre outros temas;
- Acompanhamento de resistências, ações de reparação, denúncias de violações de direitos humanos de pessoas impactadas pelas cadeias da mineração e da siderurgia.

## 6. Breve resumo em imagens das atividades de 2017

